

ESTRATÉGIAS PARA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO RURAL

Suzana Maria Pozzer da Silveira²⁴

RESUMO

Se por um lado prosseguem as crises do meio ambiente, desemprego, exclusão social. Por outro, persiste a visão hegemônica que privilegia o crescimento econômico como principal parâmetro para o desenvolvimento. Todos esses fatores que caracterizam o âmbito global das sociedades, também atingem o meio rural. No caso do Brasil, predomina a Revolução Verde que compreende o agronegócio, a monocultura, o privilégio as exportações, o uso de insumos químicos, etc. Assim como, também vêm despontado experiências de modernização ecológica e de desenvolvimento territorial sustentável (DTS). Nesse contexto, tendo por propósito pensar outra forma de desenvolvimento rural, em relação à perspectiva hegemônica, esse paper aponta o DTS como principal estratégia para tal finalidade.

Palavras-chave: desenvolvimento rural, desenvolvimento territorial sustentável (DTS), exclusão.

ABSTRACT:

If on the one hand the crises of the environment, unemployment, social exclusion continue. On the other hand it remains the hegemonic view that focuses on economic growth as the main parameter for the development. All of these factors that characterize the global ambit of the societies they also reach the rural areas. In Brazil's case it predominates the Green Revolution and that embraces agribusiness, monoculture, exports privilege, the use of chemical inputs, etc... Even as it has dawned experiences of ecological modernization and sustainable territorial development. In this context, having as an objective to think in other kind of rural development, as regards the hegemonic perspective, this essay indicates the sustainable territorial development as the main strategy for this purpose.

Key words: rural development, sustainable territorial development, exclusion.

²⁴ Doutoranda em Sociologia Política. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: sumapozzer@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Com a crise do fordismo, nos anos setenta, e a conseqüente desindustrialização/desemprego (HARVEY, 1992) houve uma redução do fluxo rural – urbano. Somado a isso, a consciência ecológica cada vez mais forte na sociedade vem contribuindo para a valorização do meio rural. Desse modo, novas paisagens rurais foram se constituindo com o aumento da presença da pluriatividade e da multifuncionalidade (novo rural). Nesse contexto, a monocultura tende a diminuir, em especial o uso de agrotóxicos, pois emerge a “modernização ecológica”, onde desponta o “consumidor saúde” e o “produtor verde”. No entanto, isso está mais presente nos países centrais, pois no Brasil a monocultura (revolução verde) ainda está muito forte.

Em face desse contexto, têm surgido diferentes estratégias de desenvolvimento rural. Por um lado há aqueles que procuram se adaptar a esse novo momento, focando em nichos de mercado. Passam a produzir, por exemplo, orgânicos, tendo por objetivo uma maior rentabilidade, dentro da lógica economicista, cujo valor principal é a mercadoria. Por outro, existem estratégias que também podem até produzir orgânicos, mas com outra perspectiva de desenvolvimento, não focada na mercadoria (produto) e sim no processo, que envolve desde o manejo com a terra até as relações entre os atores (produtores, consumidores). Essa segunda estratégia se insere nos pressupostos do desenvolvimento territorial sustentável (DTS), onde não se busca o crescimento econômico dissociado das demais dimensões (ambiental, cultural, social, etc.), mas integrado.

Desse modo, nas primeiras seções desse trabalho, procura se situar o rural, seus atores, o desenvolvimento rural e a “neoruralidade” (novo rural) em algumas de suas características mais gerais. Posteriormente, destaca se algumas das estratégias de desenvolvimento rural já implementadas, outras que estão surgindo, procurando caracteriza-las, pois cada uma confere paisagem diferente aos territórios rurais. Entre as principais estão: a revolução verde (agronegócio); a modernização ecológica ou capitalismo verde e o desenvolvimento territorial sustentável (DTS). Em seguida são apontados os desafios para o DTS, tendo em vista principalmente as debilidades, referidas na primeira seção, relativas a pobreza/exclusão e cidadania.

2. O RURAL, SEUS ATORES E A CIDADANIA TUTELADA

A ocupação do território brasileiro e as primeiras unidades agrícolas começaram na faixa costeira. No interior era desenvolvida a pecuária para abastecimento dessas regiões litorâneas. Em geral, até meados do século XIX, predominou no meio rural a monocultura e a utilização do trabalho escravo (PRADO JÚNIOR, s.d.). Somente com a abolição que houve uma delimitação mais nítida entre rural e urbano, assim como foi se consolidando um mercado interno. A longevidade desses dois fenômenos, monocultura e trabalho escravo, expressam as peculiaridades de uma sociedade em que não havia cidadania, pois os direitos civis, políticos e sociais eram inexistentes, ou distorcidos. No período escravista, a pobreza e a miséria eram tidas como inevitáveis e naturais. Os escravos, em sua grande maioria, não tinham clareza, consciência de sua condição de miséria e exploração e, dessa forma, pouco se organizavam para dar fim a essa situação. No final do século XIX a população brasileira caracterizava-se por uma pequena elite branca e “[...] uma multidão de escravos libertos, filhos bastardos, descendentes de índios e brancos empobrecidos e pobres migrantes trazidos da Europa e do Japão” (SCHWARTZMAN, 2004, p.20).

Segundo Carvalho (2004), diferente de países como Inglaterra, por exemplo, em que os direitos foram lentamente se estabelecendo (direitos civis, século XVIII; políticos, século XIX; sociais, século XX), tal como os pressupostos de T.A. Marshall, aqui não ocorreu dessa forma. Houve uma inversão dos direitos,

o que afetou a cidadania, pois ao invés do lento aprendizado da democracia e da luta por direitos sociais, tendo consciência do que significa ser cidadão, existiu um sistema totalmente viciado com compra de votos, assistencialismo. Ou seja: “O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado” (Ibid, 2004, p.45). Mesmo, nos tempos mais recentes, com os avanços na democracia, em especial com a Constituição de 1988, essa dualidade da casa grande (monocultura) x senzala (escravidão) parece estar introjetada no imaginário social. Isso por que, ainda persiste o favorecimento de poucos e a humilhação de muitos, sendo seus reflexos presentes nos dias atuais. Como, por exemplo, na existência recorrente do trabalho escravo, da grande propriedade rural e das enormes desigualdades sociais, entre outros.

Essa estrutura dual em que os direitos são privilégios, pois não beneficiam a todos do mesmo modo, ficou explícita na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, que deixa fora da legislação os trabalhadores domésticos, autônomos e rurais. No caso destes últimos, foi somente com o Estatuto do

Trabalhador Rural, de 1963, que a legislação trabalhista chegou ao campo (Ibid, 2004). Todos esses aspectos, entre outros, contribuíram para a formação das lutas sociais, pois mesmo não havendo uma cidadania ativa, os movimentos de resistência sempre existiram, inclusive na época da escravidão, como foi o caso dos quilombos. Mas, de modo geral, a sociedade civil começa realmente a despontar como protagonista após o período ditatorial, em especial na década de 1970 (SCHERERWARREN, 1993). Houve o surgimento do MST, a intensificação da formação de ONG's, sindicatos, entre outros. No entanto, ainda persiste impregnado no imaginário das populações o agir tutelado, a dificuldade de tornarem se protagonistas das ações/projetos a serem implementados. Isso se reflete nos programas e estratégias de desenvolvimento que vem sendo efetivadas no meio rural, conforme consta no decorrer desse texto.

3. DESENVOLVIMENTO RURAL E A NEO RURALIDADE.

Segundo Kageyama (2008), devido o tamanho e diversidade do território nacional o desenvolvimento rural não ocorreu de forma homogênea. Primeiramente houve o ciclo da monocultura de cana de açúcar, depois algodão, tendo este atingido todo o território nacional em seu auge. A cultura do café predominou mais em São Paulo; o ciclo do ouro (mineração) em Minas Gerais e a agricultura familiar na Região Sul, entre outros. Todas essas culturas, conforme a referida autora, diferenciaram o desenvolvimento rural e contribuíram para a definição do que são estas regiões na atualidade. Por exemplo, no Nordeste existem áreas pobres, no Sudeste áreas ricas, e no Sul a agricultura familiar é forte. No caso de São Paulo a cultura do café favoreceu o desenvolvimento rural, já em Minas Gerais a “economia do ouro” não conseguiu impulsionar desenvolvimento similar. Mas afinal qual seria a razão de uma região se desenvolver mais do que outra, mesmo tendo sido contemplada com ciclos importantes de desenvolvimento²⁵?

O caso de São Paulo é emblemático, pois desponta no século XX como principal pólo econômico do país. Mesmo tendo um conjunto de fatores que contribuíram para isso, tais como terras férteis, mão de obra livre, migração, o fator decisivo, segundo a autora supracitada, foi a integração rural/urbano. Esses são

²⁵ Não existe um consenso entre os Cientistas Sociais sobre o significado do termo desenvolvimento, o qual muitas vezes é confundido com crescimento econômico. Este é importante para o desenvolvimento, mas deve incluir outros aspectos como a cultura, o social, enfim implica a cidadania efetiva. Schneider, com base em Veiga (2006, p.82), designa desenvolvimento como “[...] uma condição de bem-estar humana, garantia das liberdades individuais e respeito ao meio ambiente que é alcançada à medida que o resultado do crescimento econômico ‘prioriza a melhoria das condições sociais de vida da população’ (p. 03)

exemplos concretos pelos quais pode se inferir que a “articulação rural urbana” está no centro da questão do desenvolvimento rural. Dessa forma, um dos principais desafios para impulsioná-lo é o de como propiciar infraestrutura para as zonas rurais isoladas dos centros urbanos, pois são nessas áreas que se encontram as menores rendas e baixa qualificação de mão de obra. Nesses locais é difícil o acesso, assim como a integração entre indústria, comércio e turismo.

3.1 Neoruralidade

Face às mudanças que vem ocorrendo tais como aumento da pluriatividade e multifuncionalidade, o rural deixa de ser sinônimo de agrário, pois vem apresentando uma dinâmica multifuncional, ou seja:

“O espaço rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multipropósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas (SILVA, 2002, p. 28).”

Dessa forma, segundo Vilela (1998), ao invés de agricultura familiar deve se usar o termo produção familiar, visto que a agricultura não é mais a principal renda familiar. Essas mudanças, de certo modo, refletem a crise do padrão fordista de produção, com a conseqüente desindustrialização, desemprego e o surgimento de uma perspectiva ecológica. Com isso, houve uma diminuição da migração rural/urbano, surgindo uma “neoruralização” em que a multifuncionalidade e a pluriatividade passam a ser cada vez mais valorizados, sendo a temática ambiental definitivamente incorporada a agenda social (SILVEIRA & VILELA, 1998). A pluriatividade exige dos agricultores o contato, a participação em redes mais amplas, visando a comercialização dos produtos, a obtenção de informações, entre outros. Com isso, a tendência é de que aumentem as redes de sociabilidade dentro dos territórios. As atividades não agrícolas propiciam uma renda mais elevada e, dessa forma, contribuem para reter a população rural no campo, diminuindo o êxodo rural. Cabe verificar como, nesse contexto, os grupos mais vulneráveis/excluídos do processo de desenvolvimento estão conseguindo se incluir nessas novas atividades.

Entretanto, segundo Kageyama (2008), diferente dos países desenvolvidos em que a pluriatividade é um fator chave para o desenvolvimento rural e redução da pobreza, nos países em desenvolvimento, como no caso do Brasil, a maioria de sua população rural está ocupada na produção agropecuária. Além disso, as empresas rurais são poucas e apresentam baixa qualidade. Esclarece que: “[...] no Brasil como um todo a pluriatividade tem crescido lentamente: em 1995 havia 16,6% de domicílios rurais pluriativos, em 2003 essa proporção cresceu para 17,2% e somente 18,4% dos domicílios rurais eram pluriativos em 2005” (Ibid,2008, p. 200).

4. ESTRATÉGIAS PARA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO RURAL

Os desafios para potencializar estratégias²⁶ para o desenvolvimento rural (sustentável) são significativos. A agricultura familiar representa uma alternativa para tal, mas não significa sinônimo de desenvolvimento rural. Pois este decorre de diversos fatores, tais como: diversidade (de atores, de atividades); multifuncionalidade (reconfiguração no uso da terra, trabalho), condições favoráveis de infraestrutura, tais como estradas, energia elétrica, comunicação, ou seja, possibilidades que estimulem o empreendedorismo, a constituição de clusters²⁷, enfim a dinamização do meio rural. Nesse sentido, por exemplo, mesmo sendo o agronegócio predominante no interior Paulista, em relação a agricultura familiar, o nível de desenvolvimento da população rural é um dos mais alto do país, pois neste local convergem os fatores referidos, além do processo de formação histórico da região (KAGEYAMA, 2008). Sendo assim:

“O desenvolvimento rural deve combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar), o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável) e o ambiental e que uma de suas trajetórias principais reside na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade)” (Ibid, 2008, p.71).

Nesse contexto, a agricultura não é mais o eixo principal do desenvolvimento rural. Este consiste no “resultado de três dinâmicas: a territorial, a

²⁶ Segundo MORIN (2007, p. 90): “A estratégia elabora um ou vários cenários. Desde o início ela se prepara, se há o novo ou o inesperado, para integrá-lo, para modificar ou enriquecer sua ação”.

²⁷ Estes consistem na concentração em determinado território de diferentes negócios que se comunicam, trocam experiências, idéias, assim como atraem outros serviços para a região. Estimulam três importantes aspectos para o desenvolvimento: “a da concorrência com a cooperação, a do conflito com a participação e a do conhecimento local e prático com o conhecimento científico” (VEIGA, 2000, p. 148).

populacional e a dinâmica global” (Ibid, 2008, p.72).

A seguir destacam-se as principais estratégias de desenvolvimento rural que vem configurando as paisagens dos territórios rurais, sendo umas mais antigas e outras mais recentes.

4.1 Revolução Verde

Durante a década de 1960 foi implementado no Brasil e em outros países em desenvolvimento o “pacote da revolução verde” tendo por principais características: as sementes melhoradas (híbridas), a monocultura, os insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos), e intenso uso de tecnologias. O principal objetivo dessa forma de cultivo agrícola era de aumentar a produção nesses países, a fim de resolver o problema da fome e modernizar o meio rural. De fato foi conseguida uma vertiginosa produção agrícola em países não industrializados, sendo o Brasil recordista em culturas como soja, milho, algodão. Esse período foi denominado “Era do Agronegócio” ou “Era do Agrobusiness”. (SANTOS, 2006, p.01).

Devido à mecanização da agricultura, o incentivo a grandes propriedades e o uso de agrotóxicos ocorreu uma considerável redução da mão de obra. O resultado foi o êxodo rural, muitas famílias sem terra e sérios problemas ambientais (REDE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS/SUL, 1997). Nessa conjuntura se fortaleceram as reivindicações dos movimentos sociais, em especial dos sem terra, que por meio de suas ações acabaram contribuindo para o fortalecimento da sociedade civil rural. Entretanto, segundo Almeida (1997), o alerta principal da ineficácia da “revolução verde” veio da crescente demanda por recursos naturais e energéticos, quando comparado com os sistemas alternativos, por exemplo, agroecológicos²⁸. Assim, nos anos 1980 vários organismos internacionais (ONU, Banco Mundial), movimentos ambientalistas, entre outros, passaram a colocar na ordem do dia a temática do desenvolvimento sustentável e da agricultura sustentável tendo por meta:

²⁸ Entre alguns dos princípios agroecológicos estão: “(...) fazer um melhor uso dos recursos internos; minimizar o uso de insumos externos; reciclar e gerar recursos e insumos no interior dos agroecossistemas; usar com mais eficiências as estratégias de diversificação que aumentem o sinergismo entre os componentes chave de cada agroecossistema” (ALTIERI, 2006, s.p.).

“A manutenção dos recursos naturais e da produtividade agrícola no longo prazo, a realização de ações produtivas que produzam o mínimo de impactos adversos ao meio ambiente, a garantia de retornos adequados aos agricultores, a maximização da produção com o uso mínimo de insumos agroindustriais, o atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais, etc.” (NAVARRO, p. 10, 1997).

O desenvolvimento sustentável pode ser abordado por diversos enfoques, pois mesmo constando no Relatório Brundtland²⁹ uma definição oficial para o termo, não existe segundo Navarro e Almeida, 1997, um consenso sobre o tema. Porém, destacam que em linhas gerais pretende ser uma resposta aos problemas causados pelo modelo de desenvolvimento da sociedade moderna³⁰.

4.2 - Modernização Ecológica

A modernização ecológica começou surgir nos anos 1990 com a valorização dos produtos frescos (frutas, verduras), na maioria orgânicos. Passa a se intensificar uma dualidade na produção. De um lado, a produção em massa e indiferenciada e de outro, produtos selecionados, orgânicos, que compreendem novos “nichos de mercado” voltados para uma pequena parcela da população.

Nesse contexto, segundo Graziano da Silva (1998), desponta o “consumidor saúde” e o “produtor-verde”, sendo que o primeiro se preocupa com a qualidade do produto e o segundo em obter um espaço no mercado. Isso leva a uma rejeição das monoculturas, dos insumos químicos, voltados para produção massiva. Assim, o sistema vem se adaptando a essa nova realidade, com tecnologias adequadas e redução de agrotóxicos. Passa para uma nova fase de modernização agrícola, “a modernização ecológica” ou “capitalismo verde”, pois esse novo modo de produção, em geral, não se opõe a trajetória capitalista da agricultura.

Outro diferencial dessa nova fase, apontado pelo referido autor, é de que se antes a revolução verde propiciou a quebra de barreiras, facilitando que qualquer pessoa pudesse produzir, por exemplo, soja, os produtos certificados (verdes) criam

²⁹ Desenvolvimento sustentável é concebido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (ALMEIDA, 1997, p. 42).

³⁰ Dessa forma, constitui-se como um questionamento aos pilares da modernidade, capitalismo e cartesianismo. Enquanto este reduz o complexo ao simples, separando-os em partes, tal como as peças de uma máquina, o primeiro consiste num modo de produção que se apropria da natureza, dos seus recursos como se esses fossem ilimitados (MORIN, 2007, MORIN & KERN, 1995).

barreiras à produção e entrada em certos mercados. “Ou seja, constituem-se como processo permanente de luta por um nicho de mercado e da exclusão social que daí resulta” (*Ibid*, 1998, p.40).

Face ao exposto, verifica-se que vem despontado um novo modelo de desenvolvimento agrícola, sendo caracterizado pela preservação ambiental e pela saúde do consumidor. No entanto, as questões críticas dos países subdesenvolvidos continuam periféricas nesse contexto, tais como: reforma agrária, concentração de renda, desemprego.

Nada aponta, nas novas formas de regulação que emergem nas economias globalizadas, nas novas formas de controle público-privado, para a idéia de uma sociedade agrária mais equitativa, mais humana de melhor distribuição de renda. Pelo contrário, as tendências, como procuramos mostrar, são de que a simples justaposição da preservação ambiental sobre a agricultura tendem a complicar a questão, ao invés de facilitar a solução da exclusão social que se acentua nessa fase superior da modernização agrícola, ou seja, a modernização ecológica globalizada (SILVA, 1998, p.41).

A preocupação dessa estratégia de desenvolvimento rural é principalmente com o produto, ou seja, em como conquistar nichos de mercado segundo os novos interesses dos consumidores. Diferente desse modelo, as estratégias mais focadas no DTS se preocupam com o processo produtivo em geral, tal como explicado a seguir.

4.3 - Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS)

Segundo Veiga (2003), o desenvolvimento territorial apresenta vantagens em relação ao desenvolvimento local, regional ou nacional. Isso porque agrega uma série de fatores, tais como integração de políticas nacionais (descendentes) e locais/regionais (ascendentes), inclusão de várias comunidades, etc. Diferente disso, o desenvolvimento local se restringe a uma simples operacionalização de programas, sem possuir “uma estratégia que de fato possa mobilizar o conjunto das comunidades” (*Ibid*, 2003, p.284). Além disso, o desenvolvimento territorial leva em conta as interdependências entre o rural e o urbano, de modo que os projetos tendem a ser efetivados em parcerias com diferentes atores sociais (redes). Para Kageyama (2008) a “essência do rural é territorial”, não podendo ser visto como setor de atividade, mas o ambiente onde diferentes atores interagem. Como sendo territorial é construído socialmente e, portanto, eivado de conflitos. A referida autora ressalta, com base em Abramovay (2006), as virtudes do conceito de território para

pensar o desenvolvimento rural, tais como: valorização do contexto, das interações e não de setores sociais isolados; análise multidimensional dos problemas; facilita a compreensão das relações entre sociedades e sistemas ecológicos.

Além dos aspectos referidos, também é fundamental para propiciar o DTS que os atores estabeleçam formas próprias de desenvolvimento, segundo as peculiaridades da sua região (endógeno). Que valorizem o saber tradicional, tendo por objetivo operar segundo “[...] estratégias integradas de harmonização dos objetivos simultaneamente socioeconômicos, socioculturais, sociopolíticos e socioambientais do desenvolvimento” (VIEIRA, 2007, p. 13). Para tal, é importante a sinergia entre diferentes atores para promoção do desenvolvimento territorial, a fim de identificar as lacunas, as possibilidades de intervenção. Assim como, para implementação das metas por meio do acompanhamento freqüente das atividades. Todas essas ações tendem a se traduzir no empoderamento das populações, em especial as mais pobres. Por ser a pobreza/exclusão³¹ uma forma de desempoderamento em que as vítimas não têm condições suficientes para sair dessa situação, é imprescindível a participação dessas pessoas nas propostas a serem desenvolvidas e colocadas em prática. Ou seja,

“(...) coloca as pessoas excluídas dos processos prevalecentes de desenvolvimento e do poder (sua distribuição e exercício) no centro do processo de desenvolvimento. Situar as pessoas e os grupos sociais que vivem na pobreza ou são excluídos no centro do processo de desenvolvimento significa colocar as instituições econômicas (mercado) e as políticas públicas (Estado) a serviço desses grupos e não o contrário” (VILLACORTA E RODRIGUEZ, 2003, *apud* VIEIRA, 2006, p. 266).

Dessa forma, as estratégias endógenas de desenvolvimento que exprimam as aspirações e iniciativas locais/territoriais, com ampla participação de diferentes setores sociais são importantes para a continuidade e fortalecimento dessas iniciativas.

4.4 Desafios para o DTS

Enquanto a primeira estratégia (modernização ecológica) está focada principalmente em encontrar nichos de mercado, não se preocupando tanto com questões relacionadas ao meio ambiente ou tipo de trabalho empregado na

³¹ “[...] exclusão e pobreza não são equivalentes. É possível ser pobre e não excluído e, inversamente, nem todos os excluídos são pobres, embora todos os estudos mostrem que existe um vasto círculo onde coincidem a pobreza e a exclusão.” (ESTIVIL, 2006, p. 120).

produção³². A segunda, opera sob outra lógica, tendo por meta o estímulo à cidadania por meio da construção ascendente do desenvolvimento, focando no processo de trabalho, inovação e valorização do rural e da agricultura familiar. Assim, o seu eixo principal de atuação não está centrado exclusivamente no produto, como negócio para gerar renda, mas no tecido social via fomento do empoderamento, capital social, descentralização do poder, etc. Dessa forma, visa contribuir para o fortalecimento das organizações locais, o incentivo a novas associações, a fim de agregar os agricultores mais marginalizados, gerando com isso o DTS.

Sendo assim, o desafio dos programas que visam o DTS é de como construir “boas práticas”, o que pressupõe o como fazer e como implementar essas boas ações, as quais são aqui entendidas como democracia participativa, transparência, preservação ambiental, inclusão social e o incentivo a competitividade econômica no território. Quando essas ações ocorrem o resultado tende a ser o surgimento da autonomia e cooperação entre os diferentes atores.

Mas, para tal, é preciso que o desenvolvimento ocorra de modo integrado nos territórios, sendo capaz de articular as dimensões social, econômica e ambiental. No entanto, essa integração não pode se dar por meio de uma simples “justaposição”, mas por um remanejamento de objetivos estratégicos o que provoca:

“[...] uma modificação profunda dos objetivos tradicionalmente fixados em cada um desses três domínios: passar da busca da rentabilidade econômica no curto prazo a uma eficácia alocativa de longo prazo; da busca da igualdade à promoção da eficiência distributiva; e finalmente, do ecologismo estritamente ecologista à formulação de uma prática de equidade ambiental” (THEYS, 2003, p. 186).

Esses são alguns desafios, em especial para os operadores das estratégias de desenvolvimento (DTS). Pois, mesmo tendo por objetivo essas ações, pelo menos no discurso e no papel, o que se vê na prática, segundo pesquisas recentes³³, é a reprodução da “lógica burocrática e de balcão” se sobrepondo à

³² Temos como exemplo, o caso da produção agroecológica, que muitas vezes é produzida sem agrotóxico, mas utiliza outros materiais que são prejudiciais ao meio ambiente, como o plástico. Além disso, ao invés de cooperativas, ou redes de agricultores, muito desta produção é feita por trabalho contratado/assalariado.

³³ Vide: ANDION, Maria Carolina Martinez. 2007, 385f. Tese (Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas / Doutorado Sociedade e Meio Ambiente). Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio Rural de Santa Catarina: os casos da APACO, do Centro Vianeis de Educação Popular e da Agreco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

lógica territorial. Como consequência, há pouca articulação entre as instâncias nos territórios, não existindo de fato planejamento em longo prazo. Há disputas de poder e recursos entre os diferentes atores, além da dificuldade de renovação dos quadros dirigentes (ANDION, 2007).

Outro desafio para o DTS é o “populismo da ação”, ou seja, muitas vezes ocorre por parte dos operadores uma “exaltação falaciosa” dos excluídos. Se por um lado enaltecem o povo, por outro, vêem seu miserabilismo como impotência para a ação, sendo os atores pobres vítimas sem condições de realmente mudar essa situação. Dessa forma, uma das questões-chaves que sempre necessita estar presente é de: “como reabilitar, sem idealizar e substituir politicamente aqueles que se encontram nos estratos sociais mais baixos”? (CAZELLA, 2003, p.241). Outros aspectos negligenciados pelos operadores do desenvolvimento referem-se aos conflitos sociais, que dificultam a cooperação (maior sinergia) e as diferentes linguagens (operadores, atores e culturas locais) existentes no território.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conhecimentos tácitos, os recursos/produtos naturais (ar limpo, água pura) passam cada vez mais a ser valorizados dentro desse novo paradigma que vem emergindo, ou seja, da sustentabilidade. Em outras palavras, a pequena produção surge como guardião da biodiversidade ameaçada, mas não como sendo sinônimo de agricultura familiar e sim de produção familiar. Nesse contexto, os territórios através da sociedade civil organizada, das parcerias entre atores públicos e privados, da constituição de redes para potencializar essas ações, podem se tornar embriões de DTS.

Entretanto, mesmo tendo os pressupostos do DTS propiciado uma reorientação no discurso, principalmente, das políticas públicas, não foram acompanhadas de mudanças práticas expressivas. Isso porque os investimentos de recursos públicos, por exemplo, ainda são muito mais significativos para o agronegócio em comparação com a agricultura familiar (produção familiar), ou outras atividades de trabalho no meio rural. Outro aspecto é a dificuldade do estabelecimento de novos vínculos institucionais com os atores locais, capazes de integrar as principais dimensões para o DTS: social, econômica e ambiental, de modo não justaposto. Além disso, persiste o desafio de inserir os atores mais pobres do meio rural nos programas/projetos que vem sendo implementados, na perspectiva do DTS, de modo ativo, como sujeitos de desenvolvimento. Isso por que, como destacado no início desse paper, em parte, decorre do fato de que não

há uma cultura cidadã, forte, protagonista. Em geral as pessoas mais excluídas/pobres não têm noção dos seus direitos e desse modo, não participam e quando o fazem, geralmente é de forma subalterna/tutelada. Dessa forma, o desafio consiste em promover estratégias que possibilitem aos poucos a inserção desses atores no processo de desenvolvimento, assim como a criação de novos vínculos nos territórios (descentralizados, dinâmicos), capazes de integrar as diferentes dimensões para o DTS. Não é tarefa simples, mas é um processo lento de aprendizagem que somente pode ir se fortalecendo por meio da prática democrática cidadã. Nesse sentido, os projetos descentralizados, operados por meio de redes podem contribuir para a inclusão social, pois facilitam a circulação das informações, o maior dinamismo nas relações, etc.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. IN: NAVARRO, Zander & ALMEIDA, Jalcione (Orgs). Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

ANDION, Maria Carolina Martinez. 2007, 385f. Tese (Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas / Doutorado Sociedade e Meio Ambiente). Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio Rural de Santa Catarina: os casos da APACO, do Centro Vianezi de Educação Popular e da Agreco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

CARRIÈRE, JeanPaul e CAZELLA, Ademir Antonio. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. Revista Eisforia / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas. – v.1, n.1 (jan/jun 2003) – Florianópolis: PPGAGR, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CAZELLA, Ademir Antonio. Contribuições metodológicas da sócioantropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. Revista Eisforia / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas. – v.1, n.1 (jan/jun 2003) – Florianópolis: PPGAGR, 2003.

ESPINOZA, Juan Felipe Nuñez. Acercamiento a una Red social de comunicación para el desarrollo rural: Red Nacional de Desarrollo Rural Sustentable (RENDERUS). México. Tese de doutorado. Terrassa, Barcelona. España. Julio del 2008.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Edições Loyola: 5.º Edição. São Paulo, 1992.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS – PPGDR, 2008.

MARIOTTI, Humberto. Pensamento complexo: suas aplicações à liderança, à aprendizagem e ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2007.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2007.
_____ & KERN, Anne Brigitte. Terra – Pátria. Porto Alegre: Sulina, 1995.

NAVARRO, Zander & ALMEIDA, Jalcione (Orgs). Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução política do Brasil Colônia e Império. São Paulo: Brasiliense. 18ª Edição.

PINAZZA, Luiz Antonio. A questão ambiental o agribusiness. IN: SILVEIRA,

M.A. da; VILELA, S.L. de O., ed. Globalização e sustentabilidade na agricultura. São Paulo, Jaguariúna: EMBRAPA – CNPMA, 1998. 152p.

REDE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS/SUL. Interconectando idéias e ideais na construção da agricultura do futuro. In: NAVARRO, Zander & ALMEIDA, Jalcione (Orgs). Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

SANTOS, Durvalina Maria Mathias dos. A revolução verde. Unesp, Jaboticabal, 2006. Disponível em: <http://www.fcav.unesp.br/download/deptos/biologia/durvalina/TEXTO86.pdf>. Acesso em 15/02/2009.

SCHNEIDER, Sérgio. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. Trabalho apresentado no Congresso Europeu de Sociologia Rural. Wageningen, Holanda, 2024 agosto, 2007.

SCHERERWARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. As causas da pobreza. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SILVA, José Graziano da. A globalização da agricultura. In: SILVEIRA, M.A. da;

SILVEIRA, M.A. da; VILELA, S.L. de O. Agricultores e o processo de internacionalização ambiental: notas introdutórias. In: SILVEIRA, M.A. da;

STIVILL, Jordi. A face não reconhecida da sociedade. O debate conceptual sobre a exclusão social na Europa e na América Latina. In: BALSÀ, C. Marques, et all (Orgs). Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional. Ijuí, Unijuí, 2006.

THEYS, Jacques. O ordenamento territorial face ao desenvolvimento sustentável: sentido e limites de uma integração. Revista Eisforia / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas. – v.1, n.1 (jan/jun 2003) – Florianópolis: PPGAGR, 2003.

VEIGA, José Eli. Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campins, SP: Autores Associados, 2003.

VIEIRA, Paulo Freire. Ecodesenvolvimento: do conceito à ação – de Estocolmo a Joanesburgo. IN: SACHS, Ignacy. Rumo a ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento. Paulo Freire Vieira (Org). São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. In: Revista Eisforia / Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas. – Ano 4, v 4, n.1, (dezembro de 2006). Florianópolis.

VILELA, Sérgio Luiz de Oliveira. Limites e possibilidades da agricultura familiar ante a globalização. IN: SILVEIRA, M.A. da; VILELA, S.L. de O., ed. Globalização e sustentabilidade na agricultura. São Paulo, Jaguariúna: EMBRAPA – CNPMA, 1998. 152p.